



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CATIVELOS

ACTA NÚMERO QUATRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia, pelas vinte e uma horas, estando presentes os Senhores Deputados Marisa Abrantes Marcos Silva, Ana Catarina Garrido Paulo Gabriel, Gonçalo Lopes Costa, Ilídia dos Anjos Oliveira Albuquerque, Manuel António Baptista Rodrigues e Maria José de Jesus Paulo Oliveira. Verificando que estava o número legal de Deputados, foi aberta a Sessão pela Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi solicitado aos membros da assembleia de tomar uma posição sobre a forma de envio das convocatórias. Foi decidido por unanimidade a entrega em mão.

Informação das atividades da Junta de Freguesia:

Foi prestada informação pela Sra Presidente da Junta, relativamente às atividades desta, no período entre a última assembleia e hoje.

A Sra deputada Maria José perguntou o porque de não haver valores discriminados.

A Sra Presidente da Junta respondeu que era apenas um documento para apresentar aos membros da assembleia, de forma a os informar das atividades e da atual situação financeira da Junta e não um relatório.

Não havendo outros assuntos para tratar, passou-se à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Discussão e aprovação do orçamento e PPI para 2026

A Sra Presidente deu explicação sobre todas as rubricas e sobre os seus valores inscritos no orçamento, e informou que certas rubricas estão abertas com o valor de 5€ para depois permitir a utilização, caso necessário. Os valores inscritos são estimativos baseados no ano anterior ou valores já estimados para projetos futuros.

A Sra Presidente, de seguido, esclareceu as dúvidas sobre os documentos apresentados:

- Os Srs deputados Maria José e Manuel António perguntaram o ponto de situação sobre a Reabilitação das Casas Sociais da Avenida S. Sebastião.

A Sra Presidente da Junta esclareceu que os imóveis de momento continuam a ser propriedade da Comissão Fabriqueira, e explica a dificuldade do projeto devido ao facto que está tudo parado. A candidatura do projeto foi feita pela Câmara de Gouveia, em nome da junta, e a mesma sofreu atrasos, o que pode condicionar o acesso aos fundos para reabilitar os imóveis. A avaliação dos bens foi efetuada por uma entidade habilitada sugerida pela Câmara e cujos os custos foram pagos pela Junta.

- A Sra deputada Maria José fez reparos relativamente ao parque Dona Ceu. Perguntou se a Câmara é responsável pela manutenção do Jardim, e o porquê não haver ponto de água.

A Sra Presidente respondeu que o espaço pertence à Câmara mas a junta é que tem regado e limpo o jardim. Na altura do projeto a junta pediu a inclusão de uns grelhadores com ponto de água. Mas o Engenheiro Mendes recusou.

Em seguida a Presidente Virgínia informou que está previsto acrescentar jogos infantis no Jardim, como escorrega, baloiços, molas, etc

- Os Membros da Assembleia pediram esclarecimentos sobre a Rota.

A Sra Presidente explicou que será um percurso em caminho rústico que terá um comprimento com cerca de 10 quilómetros. Este ligará caminhos agrícolas e florestais, alguns dos quais possuem algum significado histórico, fazendo um trajeto pedonal e ciclável que ligará Cativelos a Póvoa da Rainha. Acrescentou que a rota está aprovada e financiada nos 50/50 mas aguarda finalização da sinalética por parte da Câmara para ser implementada.

-Quanto a requalificação da Ribeira, a Sra presidente e o Sr Secretário informam das dificuldades, sendo que a junta tem de ter autorização da APA para tudo. Quanto a limpeza do leito da ribeira, a camara já fez uma candidatura e esperamos que as obras sejam efetuadas dentro de um período de 1 ano incluindo também a restauração dos açudes.

Depois de analisados e discutidos os documentos, o PPI foi aprovado com os votos a favor de todos os membros presentes e o orçamento aprovado com 5 votos a favor e 1 abstenção.

Ponto 2 – Aprovação do mapa de pessoal.

O Sr deputado Manuel António perguntou quantos empregados a junta possui e o tipo de contratos.

A Sra Presidente respondeu 2 em contrato a termo incerto com termino no fim do mandato do executivo e 1 CEI subsidiado a 100% pelo IEFP.

Os Srs deputados Maria José e Manuel António estimam que as informações no mapa são vagas, que deviam estar mais discriminadas e que existem informações pessoais dos funcionários em falta no mapa, como nome, horário, etc...

A Sra Presidente informa que o mapa é elaborado pelo programa informático nos termos da lei prevendo todas as informações relativamente aos postos de trabalho, e que não há obrigatoriedade no mapa de pessoal de discriminar informações pessoais dos funcionários.

Os Srs deputados Maria José e Manuel António defendem que os mapas que são afixados têm mais informações.

A Sra Presidente informa que são dois documentos diferentes. Este mapa é de carácter estrutural aprovado com o orçamento e enviado ao tribunal de contas, o outro é para publicitação na empresa.

Contudo, a junta sendo sócia da Anafre, a Sra Presidente propõe colocar a pergunta da conformidade do mapa e solicitar um parecer a este órgão.

Depois de analisado e discutido, foi o mesmo aprovado com 4 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção.

Ponto 3 – Discussão e votação da proposta de apoio financeiro do IHRU para aquisição e reabilitação das casas do bairro sito na avenida São Sebastião pertencendo a Comissão Fabriqueira

De acordo com o que se encontra especificado na regulamentação do programa 1º Direito para o investimento para as entidades beneficiárias constantes no Acordo de colaboração celebrado entre o Município de Gouveia e o IHRU está previsto um apoio financeiro para a aquisição e reabilitação das habitações que sinalizamos para incluir como candidatura no âmbito do programa.

O valor do investimento/comparticipação estimado pelo IHRU para “Aquisição e reabilitação de frações/prédios habitacionais” dos imóveis que sinalizamos tem o valor de 706 115.00 €.

Os valores estimados das participações são definidos de acordo com as regras estabelecidas no Decreto-lei nº 37/2018.

A junta continua a aguardar aprovação do financiamento. Por consequente, os valores estimativos mantêm-se no orçamento.

A Sra deputada Maria José perguntou quantas casas e quantas habitações são contempladas.

A Sra Presidente respondeu que são 3 casas, com 6 habitações.

Os Srs deputados Maria José e Manuel António perguntaram a que entidade pertencem as casas.

A Sra Presidente respondeu que as casas ainda são propriedade da Fábrica da Igreja, mas que vão pertencer à junta, visto que a candidatura foi feita pela câmara mas em nome da Junta. Mais informou que só será possível realizar o projeto se houver financiamento por parte do estado para a aquisição dos imóveis e obras de reabilitação.

Após apresentação e esclarecimento, esta deliberação foi colocada à votação e aprovada com os votos a favor de todos os membros presentes da Assembleia de Freguesia

Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de atribuição de competências a presidente de junta para celebrar acordos de execução e contratos-programa com o Município de Gouveia

De maneira à junta de Freguesia poder celebrar contratos com o Município de Gouveia, depois de discutido, foi posto a votação a proposta de atribuição de competências à presidente da Junta de Freguesia, para celebrar acordos de execução e contratos-programa com o Município de Gouveia.

Foi o mesmo aprovado com 5 votos a favor e 1 abstenção

Ponto 5 – Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

Os Srs deputados Maria José e Manuel António perguntaram se a junta possui algum motocultivador, porque fomos alertados que o empregado vai para casa com ele.

Foi esclarecido pela Sra Presidente que a Junta não possui nem adquiriu nenhum motocultivador. O que é usado é do empregado que traz quando acha necessário para uso da Freguesia.

Os Srs deputados Maria José e Manuel António gostariam de ver o inventário. A Sra Presidente informou que será apresentado na próxima assembleia.

Os membros da Assembleia perguntaram como vai ser efetuado o pagamento das senhas de presença. Foi decidido por unanimidade que será efetuado uma vez ao ano na Assembleia de Dezembro.

Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Assembleia, deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, a qual depois de devidamente ratificada e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa.

A Presidente da Assembleia

Floreça Silva

A Primeira Secretária

Catarina Garrido

O Segundo Secretário

Gonçalo